

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA

---

FRIEDRICH (J.) e RÖLLIG (W.), *Phönizisch-punische Grammatik*, 2. völlig neu bearbeitete Auflage (Analecta Orientalia 46), Pontificium Institutum Biblicum, Roma 1970, XXIII + 188 pgs, 2 tábuas, L. it. 11.400; \$19.00.

Quer parecer-nos que vem em boa hora a segunda edição, inteiramente re-fundida, da gramática fenício-púnica, publicada, em 1951, pela mesma editôra (Analecta Orientalia 32), por J. Friedrich, o primeiro dos dois editôres presentes. Com efeito, mais dia, menos dia, nova onda de especulações haverá de passar por nosso país, seja para ressuscitar mais uma vez a famosa "inscrição" da Paraíba do Norte, seja para discutir outra que se pretenderá ter descoberto. Neste caso já teremos novamente à disposição uma gramática que, pelo esforço conjugado de dois especialistas de renome, não poderá deixar de ser, no momento, a última palavra na matéria.

Nesta nova edição nada mais pretendem os autores do que a finalidade que havia tido em mira a primeira, ou seja, estudar exatamente a evolução das línguas fenícia e púnica em suas múltiplas ramificações de caráter local e cronológico, uma vez que a gramática meramente descritiva deve manter seu lugar lado a lado, e até antes mesmo de qualquer estudo geral de lingüística comparada (p. VII). A interpretação e classificação histórica das formas é mantida em primeiro lugar, enquanto se distinguem sempre os diversos graus de evolução lingüística, o paleo-fenício, o fenício, o púnico e o púnico vulgar, a fim de fornecer um quadro bem claro da evolução da língua à vista de documentos que se distribuem por mais de mil anos, ou seja, para o fenício, de c. de 1000 a.C. até ao século I d.C. (p. 1), e para o púnico do século IX a.C. até vários séculos depois (p. 2). Este fato é importante tanto para o estudo da morfologia, quanto para o da fonética, onde o aproveitamento das transliterações gregas e latinas, como também das vocalizações do púnico vulgar pode fornecer elementos para o estabelecimento do vocalismo das palavras, coisa que inteiramente falta no fenício e no púnico, e que, no entanto, é importante para determinar a posição singular do fenício-púnico dentro do ramo cananeu das línguas semíticas (p. VII).

Quanto à participação dos autores, foi a seguinte: J. Friedrich apresentou um texto revisto, corrigido e aumentado da edição anterior, e este foi revisto, acrescentado e corrigido por W. Röllig, tendo sido eliminados os pontos de divergência entre ambos ou por meio de correspondência, ou, então, oralmente, cabendo, no entanto, a responsabilidade última do livro inteiramente ao segundo dos autores (p. VIII). Devido à grande aceitação da edição anterior, manteve-se a numeração dos parágrafos dela, sendo os parágrafos novos intercalados com o acréscimo de um 'a'. Conservaram-se no texto os números dos parágrafos eliminados, com a anotação expressa de que já não existem (p. VII).

---

(\*). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

Depois da uma lista de abreviaturas (p. IX-XIV) e de um índice analítico minucioso (p. XV-XXIII), segue-se a introdução (p. 1-4), em que se fala, em primeiro lugar, da posição do fenício-púnico dentro do esquema tradicional das línguas semíticas. Juntamente com o hebraico e o moabítico, constitui êle o ramo cananeu, distinto do aramaico, formando ambos o ramo noroeste das línguas semíticas, também distinto do ramo ocidental -o acádico-, e do meridional -o árabe e o etiope-, embora se diga que esta classificação já não corresponde plenamente ao estado atual de nossos conhecimentos lingüísticos (p. 1).

Segue-se a classificação dos diversos ramos do fenício-púnico estudados nesta gramática e sua distribuição geográfica, bem como a indicação do material que os representa, sendo que êste hoje se reduz exclusivamente a inscrições, pois as literaturas de ambos os ramos se perderam. Aproveitaram-se as frases púnicas do *Poenulus* de Plauto, as glosas que se encontram nos escritores gregos e romanos (p. 2s), bem como as transcrições dos nomes fenícios e púnicos que se encontram nas inscrições gregas e latinas, e nos escritores, fontes sempre úteis para se postular algo sôbre a vocalização de ambos os ramos (p. 3s).

A gramática prôpriamente dita segue naturalmente o esquema tradicional das gramáticas semíticas. Trata-se na 1a. parte da escrita e fonética, incluindo o problema complicado da vocalização, na 2a. da morfologia, na 3a. da sintaxe (verbo, pronome, nome, proposição). Tôdas as formas dos verbos, dos pronomes, etc., encontram-se amplamente documentadas, na medida do possível, sendo as palavras ou frases prôpriamente fenícias ou púnicas reproduzidas, como de costume, em caracteres hebraicos, as gregas e latinas nos caracteres próprios. Quando não há exemplos para documentar determinadas formas, anota-se o fato expressamente. Êste sistema permite ao leitor acrescentar êle mesmo ultteriores comprovantes e ajuntar novas formas, à medida que as encontrar nas novas inscrições que continuamente se publicam nas revistas do ramo. De resto, sempre se procuram comparar as formas fenícias e púnicas com as das outras línguas semíticas.

Não é preciso dizer que escrever uma gramática que se baseia apenas em inscrições mais ou menos longas, é como compor um mosaico de pedrinhas isoladas, e isso representa, sem dúvida, um trabalho de mutia paciência e experiência.

Termina o volume com quatro índices, três de palavras semíticas, gregas e latinas, e um quarto remissivo, e duas tábuas, que mostram a evolução da escrita fenícia e púnica de c. de 1000 a.C. até o século I/II d.C.

Trata-se de um instrumento indispensável para o estudo das línguas semíticas em geral e do fenício-púnico em particular, e está de parabens a editôra por lançar mais esta contribuição importante para o estudo do Mundo Antigo.

D. JOÃO MEHLMANN O. S. B.

\* \* .

\*

MAYER (L. A.). — *Bibliography of the Samaritans*, edited by Donald BROADRIBB (Supplements to Abr-Nahrain, vol. I), E. J. Brill, Leiden 1964, VI + 49 pgs. — fls. 8, 50.

A presente bibliografia apareceu numa primeira forma na revista *Eretz-Israel* em 1956, e, como se diz à p. 28, também como publicação à parte. Tendo falecido o autor, L. A. Mayer, sem poder completar uma edição revista e aumentada, a tarefa foi confiada para êste fim ao editor, D. Broadribb.

Diz êste que o núcleo da obra continua sendo o material publicado pelo Prof. Mayer em 1956, mas que a presente edição inclui igualmente o material nôvo reunido por aquêlo e acrescentado por êle, editor -os títulos que êle ajuntou levam um\* —, de sorte que a bibliografia apresenta agora o total de seiscentos e quarenta e seis títulos (p. V), sem contar com mais 64 (salvo engano) em hebraico e quatro em árabe, todos êles dispostos em ordem alfabética pelo nome dos autores. Quando o editor, que escreve em Melbourne (Austrália), não conseguiu controlar os títulos, êstes vão entre parênteses.

Assim mesmo a bibliografia não pretende ser completa, porque o próprio Prof. Mayer já hava excluído dela, como poucas exceções, artigos de enciclopédias, dicionários, manuais de história, etc., enquanto o editor lhe juntou boa parte de relatórios arqueológicos e artigos referentes à época pré-cristã (p. V).

Expressa o editor a esperança de poder receber ulteriores correções e nôvo material, pelo que agradece de antemão (p. VI). De fato, é só a falta de espaço que nos impede de fornecer aqui mesmo um sem número de sugestões. Limitamo-nos a indicar dois artigos que apareceram entre nós: J. Alves Motta Filho, *Samaria, terra dos paradoxos*, in "Revista da Universidade Católica de São Paulo", vol. 21, fasc. 37-38 (1961) 89-104; M. Provera, *Os Samaritanos de Naplusa*, in "Revista de Cultura Bíblica", N. S., vol. III, cad. 6-7 (1966) 61-72.

Embora esta bibliografia abranja vários séculos, é espantoso ver que mais de setecentos livros e artigos já se ocuparam com os restos de um povo que hoje, incluindo aquêles que vivem de ambos os lados da linha de armistício de 1948, mas sobretudo em Nablûs, atualmente talvez não conte com mais de quatrocentas pessoas. Vemos que até os estudiosos israelenses se ocupam com êste grupo dissidente, que pretende representar a verdadeira tradição mosaica e tenazmente se mantém.

O fato se deve, sem dúvida, à importância que tem, na tradição do texto hebraico do Antigo Testamento, o Pentateuco samaritano — a edição clássica de A. von Gall foi reeditada em 1966 —, e a páscoa que todos os anos se celebra no monte Garizim, com o tradicional sacrifício do cordeiro. Com efeito, grande parte dos títulos mencionados se refere a êstes dois temas. Também os escritos do exegeta e teólogo samaritano Marqah (Marqa, Marka, etc., séculos IV-V), têm ocupado a atenção dos estudiosos, bem como sua esperança messiânica.

Para uma eventual edição nova sugerimos que se enumerem todos os títulos e se acrescente um índice por assuntos, onde se repetissem apenas os números. Desta forma, com o acréscimo de apenas algumas páginas, aumentaria enormemente a utilidade da obra.

De qualquer modo achamos a presente bibliografia muito útil para quem se ocupa com a história antiga e moderna do Oriente Médio, mas sobretudo para os exegetas, não só do Antigo, mas também do Nôvo Testamento, onde os samaritanos se mencionam mais de uma vez.

D. JOÃO MEHLMANN O. S. B.

\*  
\*   \*  
\*

LEPELLEY (Claude). — *L'Empire Romain et le Christianisme* (Questions d'histoire, 12). Paris. Flammarion. 1971. 125 p., 17 documentos.

O autor, professor da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Amiens, se esforçou, neste livro de publicação recente, em colocar no contexto humano e sociológico, as mais diversas medidas coercitivas sofridas pelos seguidores do Cristianismo durante três longos séculos, para então tratar da religião do Cristo como religião de Estado.

Sem ser precisamente uma obra de vulgarização, o propósito é resumir em poucas páginas claras e precisas, o universo pagão, cuja vida religiosa “se caracterizava por uma diversidade quase infinita, à imagem dos povos múltiplos e dispartados que compunham o Império”. Passa, então, a tratar do problema judeu, único grupo nacional e religioso a recusar o *Consensus Universorum*, daí sofrer perseguições que culminaram com a Diáspora.

Para Lepelley é nas origens judaicas que é “preciso buscar a base do conflito entre Roma e a nova religião”, já que esta apresentava caracteres que deviam torná-la suspeita e inquietante aos olhos do povo romano, culminando com as atrocidades cometidas na época de Diocleciano.

Em seqüência ao capítulo reservado à conversão de Constantino, segue-se o sétimo, dedicado às graves questões que surgiram por terem os cristãos cessado de “desprezar a cidade Terrestre” e também por julgarem que “a Igreja, o que garantia em riqueza e segurança, perdia em fervor e pureza”. Eis então, as etapas pelas quais passou o triunfo do Cristianismo, “que se constituíram numa verdadeira revolução tanto espiritual quanto política” e os imensos problemas surgidos em relação aos cristãos e às próprias autoridades imperiais.

Depois dessa exposição dos fatos, segue-se a segunda parte dêste trabalho, que, por si basta para recomendá-lo. Comporta, em francês, o texto de diversos e im-

portantes documentos (precisamente vinte e cinco) básicos a respeito das relações da religião de Cristo com o Estado Romano, a partir do tempo do Salvador até o século IV. Cumpre salientar, de igual modo, que o autor valeu-se de numerosos julgamentos de estudiosos contemporâneos, para lançar, no final do livro, uma série de pontos controversos, diferentes interpretações que correspondem ao estado atual da questão, tais como: o fundamento jurídico das perseguições, o número destas e de suas vítimas, a influência da filosofia platônica, a conversão do Imperador Constantino e as relações possíveis entre os cristãos e a decadência do Império Romano.

Completam a obra: bibliografia, índice alfabético e índice de assuntos.

EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO

\*  
\*   \*  
\*

VILLAIN-GANDOSI (Christiane) e CORTELAZO (Manlio) (sob a direção de).

— *Méditerranée et Océan Indien* (Travaux du Sixième Colloque International d'Histoire Maritime) (Venise, 20-24 septembre 1962). Coleção "Bibliothèque Générale de l'École Pratique des Hautes Études. VIe section", e "Civiltà veneziana. Studi", da Fondazione Giorgio Cini, Centro de Cultura e civiltà. Centre de Recherches Historiques. Paris. 1970. S.E.V.P.E.N. x + 418 pp. Preço: 55,15 Ffco.

A segunda sessão do VI Colóquio Internacional de História Marítima (Veneza, 20-24 de setembro de 1962) teve por tema: "Mediterrâneo-Oceano Índico". Em primeiro lugar foram examinadas as questões jurídicas e institucionais das navegações medievais no Mediterrâneo: as instituições nascidas da organização do tráfico com as Índias, o reaparecimento do direito internacional da Alta Idade Média no Mediterrâneo, a organização jurídica do sistema colonial. Rotas e tráficos foram estudados sob diversos pontos de vista: análise das reações portuguesas a propósito da rota terrestre das Índias ao Mediterrâneo nos séculos XVI e XVII; Veneza e o problema do Oceano Índico no fim do XV e início do XVI século; as dificuldades de Veneza em face da internacionalização do tráfico mediterrâneo: tráfico das rotas continentais ligando o Ocidente às colônias italianas do Mar Negro; comércio da República de Ragusa, etc...

As origens e o problema da adoção da vela latina, o estudo dos efeitos imediatos da bússola nas duas áreas marítimas foram discutidas, entre outras, numa série de comunicações sobre os problemas técnicos. Outros concernentes aos problemas lingüísticos puzeram em evidência as numerosas influências mútuas. Quanto à abertura do Oceano Índico, foi demonstrado que ela representa para o Ocidente, não somente

o fim de uma longa ignorância, mas também a própria destruição do fundamento do mito do Oceano Índico na mentalidade medieval.

E. S. P.

\*  
\* \*

DUBY (Georges). — *La société aux XIe et XIIe siècles dans la région mâconnaise*.  
Coleção "Bibliothèque Générale" da "École Pratique des Hautes Études,  
VIe Section". S.E.V.P.E.N. Paris. 1971. 525 pp. XII croquis. Preço:  
68 F-71,15 Ffco. (reedição).

A tese de Georges Duby (publicada pela primeira vez em 1953 na coleção "Bibliothèque Générale" da "École Pratique des Hautes Études, VIe Section") é considerada atualmente como uma das obras clássicas da História Social.

Trata-se de uma pesquisa em profundidade num quadro limitado à região de Cluny, Mâcon, Tournus e Beaujeu, que se apoia sobre uma documentação ao mesmo tempo antiga e abundante e que mostra, durante os grandes séculos feudais (fim do X-1240), as repercussões sobre a estrutura social desse fenômeno político capital que é a decadência do poder carolíngio. Com o auxílio de um perfil diacrônico o autor esquematiza, numa ordem hierárquica, os diversos movimentos evolutivos que essa sociedade atravessou. Um corte transversal permite fixar num quadro a vida concreta dos homens num momento efêmero em que essa sociedade parece ter atingido um certo equilíbrio.

E. S. P.

\*  
\* \*

KRAMER (C.). — *Emmery de Lyere et Marnix de Sainte Aldegonde*. Martinus  
Nijhoff. La Haye. 1971. XIV + 234 pp. Florins: 35.10.

Muitas vezes mencionado, algumas citado pelos autores que se ocupam do período tão movimentado como o fim do século XVI na história dos Países-Baixos, o panfleto *Antidoto ou Contraveneno* (1597), que é objeto deste estudo, continua sendo ainda mais ou menos um texto desconhecido. Conhecia-se até agora as passagens que Philippe de Marnix, senhor de Sainte Aldegonde, um dos personagens mais importantes do seu país e da sua época, citou na sua obra *Resposta apologética*, obra que publicou para responder ao ataque lançado nesse panfleto por um autor que se qualifica como sendo "um gentilhomem alemão".

A importância do *Antídoto* é devida a muitas causas. Primeiramente, é um dos raros textos escritos em francês, ilustrando as idéias dos pensadores espiritualistas que ocupam um lugar muito especial na evolução do pensamento do XVI século e que exerceram sua influência sobretudo na Alemanha e nos Países-Baixos. O que torna êsse livro particularmente digno de atenção é o fato de encontrarmos aí, intimamente, pensamentos ligados às idéias espiritualistas tiradas na maioria das vezes dos *Ensaio*s de Montaigne. Sem dúvida, seria exagerado afirmar que isso acrescenta uma dimensão nova à imagem que se faz do grande escritor francês, mas, pelo menos basta para mostrar que os sábios humanistas, como Juste-Lipse, ou os pensadores fideistas, como Pierre Charron, não são os únicos que tinham dado um bom acolhimento à surpreendente novidade dos *Ensaio*s.

O autor do panfleto não se contentou em refutar as idéias do seu adversário sobre a legitimidade da perseguição dos heterodoxos, mas lançou ao mesmo tempo um ataque pessoal contra Marnix. Mesmo se êsse ataque não acrescenta nenhum detalhe novo ao conhecimento que já se tinha do papel político de Marniz, êle permite pelo menos precisar e matizar a imagem que dêle se tinha feito até então.

O estudo que precede a edição do panfleto traz a prova que o autor do panfleto é Emmery de Lyere, membro de uma família nobre, oriunda de Antuérpia, desde a sua juventude a serviço do príncipe Guilherme de Orange e dos Estados-Gerais dos Países-Baixos. Marnix tinha já adivinhado quem se escondia sob o pseudônimo do “gentilhomem alemão” e o tinha apontado como o autor do panfleto de maneira bastante transparente na sua *Resposta apologética*; entretanto, como De Leyre recusou-se a admitir ter escrito o panfleto, tornou-se necessário provar de maneira irrefutável que êle próprio era o seu autor. Por outro lado, encontrar-se-á neste livro, traçada em suas grandes linhas e algumas vezes em pormenores, a biografia desse homem interessante pela sua ascendência — seu pai foi um amigo íntimo de um dos personagens mais curiosos desse século movimentado, o heriarca David Joris — e notável pela sua cultura.

E. S. P.

\* \* \*

KÓPECZI (Béla). — *La France et la Hongrie au début du XVIIIe siècle. Étude d'histoire des relations diplomatiques et d'histoire des idées*. Akadémiai Kiadó. Budapeste. Edição francesa: 560 pp., 50 facsímiles. 1 mapa. Preço: \$ 15.60.

Na primeira parte da sua obra, o Autor propõe-se estudar o caráter das relações diplomáticas que existiram entre a França de Luís XIV e a guerra dos húngaros (1703-1711) dirigida contra os Habsburgos e conduzida por Francisco II

Rákóczi, príncipe da Transilvânia. As historiografias francesa e húngara deram uma imagem deformada dessas relações, antes de mais nada porque elas não pesquisaram as fontes inéditas dos arquivos dos dois países. A correspondência diplomática prova que a guerra de independência húngara foi um fator negligenciável nos projetos diplomáticos e sobretudo militares da França que permaneceu sôzinha na Guerra de Sucessão da Espanha. Rákóczi tentou concluir uma aliança em boa e devida forma com Luís XIV, mas essa tentativa foi abandonada pela diplomacia francesa, sobretudo não só devido à fraqueza militar do levante húngaro, mas também em consequência duma incompreensão da situação da Europa Central e Oriental.

Na segunda parte o Autor apresenta a imagem de Húngria e dos húngaros tal como ela se formou na opinião pública francesa do fim do XVII e do início do XVIII século. Jornais, revistas, panfletos, manuais de história e de geografia, obras literárias — tôda fonte escrita foi examinada procurando conhecer as mudanças que se operaram no que se pode chamar de imagem estereotipada de uma nação. Porque a idéias que os franceses faziam da Hungria não é a mesma no fim do XVII e início do XVIII século: as exigências da política externa tiveram certos retoques, apesar da sobrevivência de alguns traços característicos inspirados sobretudo pela literatura humanística do XVII século.

Em face dêsses dois problemas: a evolução das relações diplomáticas e as mudanças da imagem estereotipada que estão estreitamente ligadas, o Autor considera que o método interdisciplinar que se propõe praticar é o único que permite melhor compreender a complexidade e a situação histórica e o seu reflexo ideológico.

E. S. P.

\* \*  
\*

LEFEBVRE (Georges). — *La naissance de l'historiographie moderne*. Prefácio de Guy P. Palmade. Coleção "Nouvelle Bibliothèque Scientifique" dirigida por Fernand Braudel. Paris. Flammarion. 1971. 348 pp. Preço: 38 Fr.

Um dos motivos dêste livro é de tornar conhecido ao leitor os mais célebres historiadores, não sòmente os literatos, os grandes escritores, os historiadores "artistas", mas também os eruditos e os grandes filósofos que se interessaram pela natureza profunda da História. Na verdade, é a todos êles que são devidos, em grande parte, os recursos, os métodos da História, a concepção mesma que dela temos atualmente.

Outro objetivo do livro é ainda mais ambicioso: mostrar que a História não foi escrita de uma só vez, que ela não é feita de uma espécie de matéria morta, estratificada para sempre, mas sim que ela está sempre em perpétua gestação, que ela é ainda, que será amanhã como é hoje, que ela sempre evolui com a civilização



dos homens e os acontecimentos que marcam sua existência e que às vezes os determinam. Dessa maneira, ainda, fazer sentir que a concepção de História, os meios de que ela dispõe, o método que ela emprega estão em relação com a vida que ela reflete; ela é verdadeiramente viva, sob o signo da mudança.

Esse livro coroa a obra de Georges Lefebvre, historiador francês nascido em 1874 e morto em 1959 e que foi professor na Universidade de Estrasburgo, sem dúvida uma das mais importantes da França. Ele se distinguiu sobretudo como o historiador a Revolução Francesa. A obra em apreço é o resultado do curso que o Autor proferiu na Sorbonne, de 1945 a 1946, sobre a História da História. É' pois um livro extremamente útil aos nossos estudantes de História e por isso o recomendamos vivamente.

E. S. P.

\* \*  
\*

RODRIGUES (José Honorário). — *Aspirações Nacionais — Interpretação Histórico-Política*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1970. 4a. edição 234 págs.

Sugerindo ao leitor a reflexão sobre o nosso processo histórico-político, José Honorário Rodrigues em *Aspirações Nacionais* levanta questões importantes para a compreensão da realidade brasileira. Como os temas são muito amplos e complexos, o autor não pretende, nesta obra, fazer uma abordagem exaustiva. Ele próprio aconselha que se complete os estudos da mesma com seu outro livro, *Conciliação e Reforma — Um Desafio Histórico-Cultural*.

*Aspirações Nacionais — Interpretação Histórico-Política* é composto por dois ensaios básicos, *Características Nacionais*, escrito em 1957 e *Aspirações Nacionais*, em 1960, e é arrematado com a análise *Dialética do Permanente e do Atual*.

*Aspirações Nacionais* é uma tomada de posição contra as teses anti-povo. Para o autor, o que empenha o nosso desenvolvimento é a dissociação entre a minoria dominante e o restante do povo, que encarna a própria nação. Esta dissociação se verifica em três níveis: cultural, dada a educação da minoria segundo uma visão histórica falseada e a completa ineducação da maioria. Social, onde maioria e minoria vivem em duas realidades distintas, sendo a maioria alienada do processo de desenvolvimento e de seus benefícios. Política, onde a maioria é marginalizada e completamente dissociada do poder.

A solução proposta pelo autor para acelerar o progresso nacional está na união da maioria e minoria, já que ambas têm uma "herança comum e propósito nacional".

No ensaio *Características Nacionais* o autor propõe como metodologia a utilização da imagem que os estrangeiros têm do Brasil ao longo do tempo, comparando-a com a que os brasileiros têm de si próprios num mesmo período, relacio-

nando-as com as estruturas sócio-econômicas e estudando através de suas variações as modificações dos valores da sociedade brasileira. Infelizmente, como os estudos ainda não puderam ser completados, nesta obra José Honório Rodrigues limitou-se num

“esboço unilateral e provisório, ver alguns traços gerais ou características de vários tipos, de várias classes existentes na sociedade brasileira, no seu processo histórico segundo a mensagem estrangeira (p. 9)”.

Nêste ensaio, caráter nacional é considerado

“o ponto de tensão no estudo das relações entre o indivíduo, a cultura, a sociedade e o Estado (p. 37)”.

Para o autor o caráter nacional apresenta dois aspectos fundamentais: a essência das formas sociais de conduta e de sua evolução histórica. E os vários tipos de caráter social que se transformam em nossa sociedade. Êste estudo deve ser feito pela ação conjunta de antropólogos, sociólogos e historiadores.

Transfereindo êstes conceitos ao caso brasileiro o autor aponta

“a grande propriedade, a ociosidade, o horror ao trabalho, castigo de quem não tem escravos, continuam gerando e nutrindo grandes deficiências e insuficiências de nossa economia e, conseqüentemente, do conjunto total da cultura nacional (p. 44)”.

Ao compôr a imagem do brasileiro como era visto pelos estrangeiros, José Honório Rodrigues ressalta o horror ao trabalho manual, desêjo de enriquecimento rápido, aprêço pelas profissões liberais, desprêzo pelas profissões técnicas e comerciais. A sociedade brasileira ainda sob êste prisma, caracterizava-se pela mobilidade social, pelo aspecto patriarcal, onde o próprio Rei era tido como um Pai Coletivo e sua autoridade era mais respeitada do que a Constituição. Era uma sociedade ritualista. As relações públicas e políticas eram regidas pelo personalismo que as reduzia a relações pessoais, diretas e simpáticas. Os partidos políticos não tinham nenhuma significação ideológica. A retórica era parte do pensamento e era apresentada como solução. Havia uma antipatia pelas inovações que levava a um eterno adiamento das soluções.

A partir de 1917 houve uma americanização, uma valorização social das atividades econômicas, uma racionalização do trabalho. Em São Paulo transpareceu mais a audácia, o espírito renovador, a pressa e o dinamismo.

Para o autor, as características atuais levam a um modelo político baseado no compromisso e no personalismo que se refletem numa vitória dos interesses da minoria dominante em detrimento da maioria e do progresso nacional. O autor reconhece que o espírito de conciliação está se esgotando no atual processo histórico, pretende atualizar êste conceito em sua futura *História Moderna do Brasil*.

José Honório Rodrigues considera como características positivas tradicionais o nacionalismo e a coesão nacional. Como características positivas atuais uma aber-

tura à mentalidade capitalista. Como características negativas tradicionais e atuais a grande falta de quadros na administração e na política brasileira, a indecisão da classe média no processo político e a insuficiência do bem-estar e, principalmente, da educação.

Para o progresso nacional o investimento na educação é tão importante quanto o desenvolvimento econômico.

No segundo ensaio da obra, as aspirações nacionais são apresentadas em duas categorias interrelacionadas: permanentes e atuais. As primeiras são definidas como sendo

“fruto do processo histórico, das características do povo e da etapa do desenvolvimento econômico (p. 73)”.

As atuais são transitórias, mas não por isso menos importantes, pois representam a criatividade e as mudanças estruturais da Nação

“se não houvesse aspirações atuais, a nação seria o esconderijo da morte da criatividade (s. 74)”.

Do equilíbrio de ambas, de seus interesses conflitantes e de seus interesses comuns, depende a dinâmica do processo político-econômico da nação,

“o permanente é vital ou básico, mas o atual derrota o arcaico, anima o orgânico e serve como antítese à criação do futuro; ambos, em sua conjunção mostram a unidade do processo histórico, o passado, o presente e o futuro da nação (p. 75)”.

A opinião pública tem uma consciência definida das suas aspirações tanto no nível pessoal quanto no nacional. No nível pessoal destacam-se: um padrão de vida decente ou melhorado para si e sua família; a saúde pessoal e da família; aspiram adquirir ou melhorar suas habitações; desejam oportunidades adequadas, inclusive educação para seus filhos e uma vida feliz (p. 20).

No nível nacional, independência e soberania têm suas raízes na formação da consciência nacional, forjada nas lutas contra os invasores estrangeiros e dissídios com os colonizadores; no sentimento de segurança nacional fruto do crescimento da sociedade e na superação do sentimento de inferioridade herdado da época colonial. Esta aspiração contribui para o fortalecimento do nexa político e a manutenção da unidade territorial, uma outra aspiração permanente que colocou o Brasil numa posição altamente favorável e importante para o comércio e estratégia.

Considerando a ocupação efetiva do território nacional como uma aspiração muito antiga, José Honório Rodrigues faz um histórico das etapas ou métodos de ocupação até a fundação de Brasília.

Na aspiração “unidade nacional” aborda a questão de sua defesa e sua manutenção. Amplia o estudo com considerações sobre o problema do regionalismo, as

várias formas encontradas para manter o equilíbrio nacional, e como os organismos encarregados do desenvolvimento das diversas regiões brasileiras estão se orientando.

Analisa a questão das comunicações: navegação fluvial, vias férreas e transportes aéreos, visando a unidade nacional.

Mostra nos seguintes tópicos: miscigenação e tolerância racial, aculturação e nacionalização dos imigrantes, como os problemas de nossa integração psico-social vem sendo contornados, contribuindo para a obra da unidade nacional.

José Honório Rodrigues completa a integração e aculturação das várias etnias à sociedade, desdobrando o tema convívio das classes e a justiça social. Uma das questões a serem consideradas é a que a classe dominante não se apresenta de maneira uniforme, ela se compõe de vários grupos sociais. Considera

o autor os “donos do Poder os representantes da oligarquia rural, com o apóio de fortes camadas do comércio e da indústria tradicionalistas (p. 120)”.

Analisa rapidamente seus interesses comuns e divergentes. Dada a instabilidade de nossa sociedade, não há uma rigidez das linhas de classe. Outra, é a atuação da oligarquia que, utilizando como instrumento o analfabetismo, o paternalismo e o coronelismo imobilizam trabalhadores do campo e da cidade para seu proveito. Não só trabalhadores do campo e da cidade estão alienados do processo político, também a classe média, muito preocupada com a recuperação moral do país, com a tomada do poder, sem as camadas populares, oferece poucas perspectivas para exercer seu papel político.

Uma aspiração permanente que se constituiu desde a Independência foi a de

“um regime democrático, de forma representativa, com poderes divididos e harmônicos (p. 127)”.

No entanto, a manipulação da massa pela classe dominante através de seus instrumentos entre os quais o personalismo e o analfabetismo, vem entravando o avanço político, retardando a formação de um modelo verdadeiramente representativo.

Considerando como aspirações mutáveis a Centralização e a Federação, José Honório Rodrigues faz um histórico das fases em que predominou uma ou outra.

O fortalecimento da estrutura industrial torna cada vez mais realizável a aspiração de autonomia econômica. Baseando-se nos recursos naturais do país, a indústria busca um grau satisfatório de auto-suficiência, embora acentui desta forma desajustamentos graves nas relações agricultura-indústria.

No entanto, o desenvolvimento e o conseqüente Poder só podem ser atingidos depois que o país adquira o dom da eficiência, o que só será possível através da melhoria da saúde e da educação de seu povo.

Essas aspirações independem de ideologias, pois conforme a ação política varia o modo de atingi-las, é neste processo que aparecem as divisões nos quadros das elites dirigentes.

Na última parte, *Dialética do Permanente e do Atual*, José Honório Rodrigues retoma as aspirações nacionais analisando as interações das mesmas. Observou que algumas aspirações permanentes não se efetivaram até hoje, como

“os problemas de saúde, de assistência médica e de produção alimentar, de carestia, de escassez de casas, de educação têm que ser resolvidos em compasso com o crescimento da população e do produto nacional líquido (p. 184)”.

E aspirações transitórias se converteram em permanentes.

Na interpretação histórico-política da sociedade brasileira José Honório Rodrigues destaca o desenvolvimento como a grande aspiração nacional. Apela para que considerem a oportunidade psicológica, aproveitando a tendência desenvolvimentista concretizando-a de maneira realista e estrutural.

O que caracteriza o nosso processo político é a “conciliação”, o que evita maiores convulsões, entretanto possibilita a manutenção do poder pela classe dominante, prejudicando a representatividade e retardando o desenvolvimento exigido pela nação.

A importância da obra de José Honório Rodrigue é ser um estudo gerador de idéias mais do que uma teoria estruturada. E' lamentável que esta esteja incompleta pois falta-lhe a parte referente à visão que os brasileiros têm de si próprios. Embora esta visão possa transparecer através do estilo fluente e apaixonado de um brasileiro que sente os problemas da Nação.

MARIA CECÍLIA MENDIA